

Relatoria – Emergências¹

Encontros, diálogos, construção coletiva, novos processos democráticos, exercícios de perspectiva e interação foram a tônica dos encontros e rodas durante o Emergências, ocorrido entre os dias 7 e 13 de dezembro de 2015, na cidade do Rio de Janeiro. Uma ação liderada pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, mas que contou com a ajuda, cooperação, presença e capilaridade de boa parte do Sistema MinC e de organizações diversas da sociedade .

A tarefa de relatar, pelo menos em parte, a vivacidade das proposições colocadas ao longo do encontro não foi uma empreitada simples. Modelos, roteiros e enquadramentos definitivamente não dialogam com uma ação que é viva, autogestionável e parte de um exercício de olhar para o futuro.

Pensando neste cenário complexo, a Casa de Rui Barbosa propôs uma orientação metodológica que norteasse o trabalho dos relatores (integrantes da FCRB e de outros órgãos e instituições do Ministério da Cultura). A relatoria não teve o intuito de realizar atas e registrar fidedignamente tudo o que foi falado e tratado durante o evento. Deixou-se esta tarefa para os vídeos e áudios gravados durante o mesmo. O grupo de relatores teve como objetivo a tarefa de preservar a memória das colocações feitas durante o encontro para que o núcleo do pensamento construído durante o evento pudesse contribuir para este olhar para o futuro, para as construções de novas políticas, para novas interfaces entre Estado e sociedade civil e, por que não, para novos engajamentos políticos.

Pensando nisso, a orientação fundamental para a equipe de relatoria foi o respeito aos processos e as identidades dos sujeitos integrantes dos debates. A não intervenção e não condução eram pilares fundamentais para que a orientação metodológica não terminasse por roteirizar diálogos vivos e diversos. Partindo deste respeito aos indivíduos focou-se o trabalho de relatoria em três etapas fundamentais: o conhecimento e olhar para a pluralidade de sujeitos presentes durante o encontro (afinal, é importante conhecer

¹ Trabalho de relatoria realizado pela equipe do setor de Políticas Culturais da FCRB, com a coordenação de Déborah Rebello Lima e Lia Calabre.



e tentar mapear quem compõe a voz de cada uma das temáticas tratadas); em segundo lugar, tentar identificar questões, entravamentos, problemas ou temas a serem observados em cada um dos debates e, por último, conseguir apontar algumas das proposições e exercícios de desenhos de novos modelos e alternativas propostos durante os debates.

Levando em consideração que as idiossincrasias de cada encontro foram respeitadas obtivemos relatos com as mais variadas características. A metodologia foi dividida com a SCDC e toda a equipe que participou do projeto, em alguns encontros foi possível verificar mais fortemente os três blocos de observação, em outros a dinâmica do grupo caminhou por outras rotas. A proposta desta compilação preliminar é conseguir identificar os três pilares da relatoria: sujeitos, questões e alternativas; focando no lançamento de luzes sobre os grandes temas trabalhados durante o evento, dando como eixo narrativo os encontros realizados.²

² Os grandes temas apontados a seguir são oriundos da sistematização da relatoria da equipe da Fundação Casa de Rui Barbosa, formada por formada por bolsistas integrantes do Setor de Estudos em Políticas Culturais da FCRB (bolsistas de iniciação científica, graduados e mestres além dos pesquisadores familiarizados com os assuntos tratados)



#Encontro Colaboracidae:

Síntese temática: Pensar a cidade é voltar o olhar para a interface entre sujeito, espaço, território e territorialidade. A cidade deve ser percebida como o lócus para a convivência do múltiplo e do diverso dando a possibilidade de distintas interfaces, seja por novas definições de apropriações pelos sujeitos, seja pela discussão de outras rotas de desenvolvimento que não primem pela gentrificação e pelo “apagamento” da riqueza cultural do território.

Sujeitos participantes: A participação deste encontro ilustrou a diversidade de olhares para a cidade. Tivemos integrantes de movimentos sociais, gestores de organizações não governamentais com preocupação sobre a interação com o território, representantes de instituições governamentais, pesquisadores, arquitetos e interessados no tema.

Ambiente de debate: O ambiente de debate do encontro foi formado, em sua maioria, por mesas e pela fala de convidados. Tivemos, portanto, mais falas estruturadas, além de forte interação com a plateia por meio da interlocução temática.

Questões fundamentais e reflexões:

- É fundamental pensar a presença e o protagonismo da juventude em novas formas de vida na cidade, enfatizando a potencia da periferia.
- É preocupante observar que, sob o discurso do tecnicismo de parte da burocracia de algumas cidades, despreza-se a participação social e a vontade da maioria da população.
- Movimentos como o “Ocupe Estelita” demonstram a urgência de refletimos sobre novos modelos de desenvolvimento e de reconfiguração de grandes cidades. É temerário quando o poder público coloca em primeiro lugar interesses econômicos e não o bem estar da população.
- Devemos problematizar a palavra revitalização (muito utilizada em grandes intervenções urbanas contemporâneas), é preciso enfatizar que o planejamento urbano não pode ser pensado fora da problemática do direito à moradia.



- O perigo de decisões macro políticas, tomadas em gabinetes fechados, que impactam na continuidade de ações e permanência de sujeitos em seus territórios.
- Foi ressaltado que a mulher não tem o mesmo direito a cidade que o homem, o negro não tem o mesmo direito a cidade que o branco, isso deve ser colocado em debate.
- As estruturas de participação das gestões municipais podem não dar conta das distintas necessidades e dos múltiplos diálogos com as questões do território
- Lembrou-se a importância da luta política. Em um determinado momento os movimentos sociais esbarram nessa perspectiva absoluta de propriedade. Há uma necessidade de ampliar o controle público do Estado, com muita luta.
- Se o Minc está muito interessado em movimentos de resistência territorial e cultural, em criar políticas públicas para isso, como fazer isso sem gentrificar?
- “A cultura é um campo de batalha” onde se disputam os significados dados a elas e suas relações complexas. “A cultura é uma trincheira”. “A cultura é uma barricada” porque pode operar como lugar de resistência. “A cultura é uma arma” porque pode promover às pessoas as ferramentas para lutar contra a hegemonia. Da mesma forma, fala sobre a cidade. “A cidade é um campo de batalha” onde o que está em disputa é o sentido simplificado da cidade, o sentido do uso coletivo frente ao poder do capital. “A cidade é como uma trincheira”. “A cidade é uma barricada” para resistir aos processos de financiamento do capital. “A cidade é uma arma” que pode ser ocupada, tomada.
- A luta urbana é uma luta cultural e a luta cultural é uma luta urbana. O mercado não cria, o mercado submete a criatividade do povo. Destrói as culturais marginais para colonizar.
- O que se tira mais dessa roda é esse encontro dos diversos olhares, essa conversa entre as pessoas. Exercitar o diálogo é algo que nos enriquece porque o que surge são as vivências, as trocas. As coisas são ambíguas e ambivalentes.



Proposições e olhares para o futuro:

- É fundamental pensar em formas de fortalecer novas formas de vivência na cidade, por meio da criação de novas estratégias para casas coletivas, grupos, outras formas de vida visando a sustentabilidade.
- Visibilizar, observar a produtividade do conflito, adotar a resistência como norte são elementos a serem incorporados e/ou valorizados por movimentos de periferia. Não se deve falar apenas para os pares, é preciso ganhar outros e múltiplos contornos, adeptos e territórios.
- Levantou-se a importância da estética para a redefinição do viver a cidade. A linguagem do funk pode ser uma alternativa rica para dar centralidade à produção de periferia, ao jovem como produtor e não como um produto.
- É complicado mesmo romper as formas administrativas que estão dadas para lidar com movimentos sociais e periferias. A grande saída está nas redes e nas conexões.
- Deve-se lutar por fora e por dentro do Estado para que a vida nas cidades seja melhor. É nessa multiplicidade de luta que se constrói e reforça papel da sociedade, tem de ser combativo.



#Encontro Cultura Viva

Síntese temática: Como uma metalinguagem, a rede dentro das redes se reuniu ao longo de três dias no Emergências, enfocando os mais distintos vieses e temáticas que tocam o Cultura Viva. Desde questões locais e oriundas da gestão da política em escala nacional, até os desafios e novos contornos latino-americanos a serem enfrentados pelo Comitê Cultura Viva Comunitária e pela gestão do IberCultura Viva. Dentre os encontros acompanhados, este foi a que mais se ateu a proposição metodológica, o que facilitou o trabalho de relatoria.

Sujeitos participantes: No geral, o público das rodas que transcorreram dentro do encontro era de partícipes ou interessados no tema. Tivemos gestores públicos estaduais e municipais, responsáveis pela operação em escala local. Gestores culturais de outros países, tais como: Uruguai, Guatemala, El Salvador, entre outras localidades da América Latina. Além de representantes de movimentos culturais e integrantes da Rede Cultura Viva Comunitária.

Ambiente de debate: O encontro foi caracterizado por uma maior ocorrência de rodas, sem falas previamente estruturadas e seguindo o fluxo de interação dos integrantes. Na maioria dos debates, o mesmo foi conduzido por algum integrante da SCDC, como forma de mediar os processos, mas sem uma facilitação ou orientação que cerceasse as reflexões.

Questões fundamentais e reflexões:

- A importância do encontro dentro do emergências, uma experiência/laboratório de um fórum cultural social é interessante para se experimentar uma forma de articulação (um estado rede) não operado apenas pelo governo. Algo tão diverso e capilarizado, como o Programa, necessita do protagonismo efetivo da sociedade civil.



- O Cultura Viva tem um modelo de autonomia e autogestão enorme, comprovado pela vacância do Minc na gestão anterior. Algo que mostra que a política não desaparece por força da articulação da sociedade civil.
- Este encontro é parte do esforço de mapeamento da base social do Ministério da Cultura. A autodeclaração como Ponto de Cultura é uma questão de escala na sociedade e de inclusão.
- Durante muito tempo o público de interface do MinC era apenas o artista, uma elite cultural, o Cultura Viva rompeu com esta lógica. Hoje, é importante articular o Cultura Viva com outros programas sociais do governo, ultrapassando as fronteiras do próprio MinC.
- A economia solidária do Cultura Viva reacende uma dinâmica importante nas políticas culturais. O emergências é um evento de mobilização e articulação de novas redes e novas temáticas inerente à discussão do Cultura Viva.
- Tratamos do exercício de desenvolvimento de novos desenhos de políticas culturais e a importância da relatoria para contribuir para a produção de novos conteúdos.
- Vale ressaltar a importância da Lei Cultura Viva. Ela é também base para refletirmos sobre o caráter latino, novas legislações, novos desenhos econômicos, o programa cultura de redes (territoriais, estaduais, municipais). Queremos construir o Mercosul Cultural de baixo para cima!
- O medo de que a descentralização do Cultura Viva pudesse levar o mesmo a ser apropriado por dinâmicas locais que pudessem estrangula-lo foi superado. Percebe-se a capacidade de articulação da sociedade civil. A força da rede acaba também pautando as administrações locais para novas necessidades. Enquanto ele “hibernou” no governo federal brasileiro, por um período, rapidamente se desenvolveu em outros territórios (locais e na América Latina).
- Estando no Emergências não seria possível negligenciar a conjuntura política do país, pois vivemos tempos de crise aguda da normalidade democrática que, não



obstante, não é um problema exclusivamente brasileiro e diz respeito a todos os companheiros latino-americanos presentes neste encontro.

- O programa pautou transformações na gestão pública dos estados e municípios: é muito significativo a mudança na estrutura de uma gestão pública das linguagens artísticas, para o olhar focado nos territórios nos quais a cultura passa a ser pensada como exercício de cidadania e direito.
- A articulação do Iber aponta para um processo que redefine a articulação internacional entre os países, um novo conceito de diplomacia cultural por meio da articulação e mobilização social.
- O papel da economia viva dentro do programa e a importância do fortalecimento da participação para ocupar os espaços. Tanto mais estivermos em rede, registrando nossas atividades podemos contribuir para mudar uma histórica tradição de descontinuidade e apagamentos de vozes.
- O que vivemos é histórico e muita gente tem medo disso. Como tratamos anteriormente a cultura? A partir da perspectiva do artista! Os direitos culturais passam a ser a base de um novo debate materializado pelo Cultura Viva. Nossa experiência ainda é na elaboração de um modelo que percorra esta discussão.
- Há tensão entre políticas públicas e o movimento popular, a cultura de base e expressões, muitas inclassificáveis, há uma tensão permanente.
- Podemos discutir amorosamente, fraternamente, mas precisamos de novos modelos de poder político. Como podemos gerar avanços efetivos, independente da fragilidade da agenda política. Nós, da América Latina, observamos muito o exemplo brasileiro. Devemos colocar em debate a nossa vocação de poder, a nossa capacidade de transformação. Não faltam conteúdos e lutas, precisamos de fortalecimento de redes.
- Ao falar da institucionalidade do programa, é preciso também refletir sobre o papel dos gestores locais e as redes de pontos como formas de fortalecimento do Cultura Viva também em esfera nacional.



- É necessário ativar o tecido social da cultura para criar resistência e trabalho para todos. Apoiar a diversidade e a construção de discursos comuns.
- O impeachment é um impedimento também ao Cultura Viva porque ataca diretamente o processo de autonomia e capacidade de decisão do nosso povo e as conquistas alcançadas nos últimos 15 anos.
- A Diversidade Cultura é percebida como “lei natural” de todos os sistemas, pois somos diferentes. O desafio é a interface com o Estado e as leituras desta diversidade. Nós da América Central não queremos a ajuda do Estado queremos trabalhar e construir em conjunto. Temos a mesma capacidade de transformação social e desenvolvimento humano. Queremos aporte e fomento para realizar com melhores condições aquilo que já fazíamos sem respaldo.
- Durante um tempo, boa parte dos avanços conceituais das políticas do Ministério da Cultura foi fruto de uma espécie de invisibilidade política do mesmo. Atualmente, as políticas do MinC, a criação do Comitê LGBT, por exemplo, estão sendo monitoradas por bancadas reacionárias que visam frear a garantia de direitos e o estabelecimento de pautas progressistas.
- Tendo Cultura e Democracia como tema central, a intenção foi de avançar nos debates sobre a cultura e suas formas de relação com a política e com o Estado.
- Foi desenvolvido mais detidamente a preocupação com a cultura jurídica, a cultura do estado e a forma como a sociedade se relaciona com o estado, posto que o programa Cultura Viva é um programa referência para vários países justamente por consistir numa experiência que provocou relações diretas entre estado e sociedade, uma relação tensa que exige a existência de uma cultura política diferenciada e de mecanismos institucionais que deem conta deste problema.
- Também foi tocado no tema da economia, a economia viva, a economia solidária, a relação entre economia e cultura, pois é entendido que esse debate de cultura de rede também é fomentador de uma outra economia, de um processo de superação do modelo econômico em que nossa sociedade está



estagnado, o modelo do desenvolvimentismo, onde o financismo é o vetor principal da economia totalmente centrada no capital.

- É consenso entre os movimentos que o Estado e sua pesada estrutura burocrática oprime os movimentos e os fazedores de cultura criminalizando-os com seu rigor absoluto no processo de prestação de contas que iguala pequenos coletivos a grandes empreiteiras e termina por tornar os agentes culturais em reféns deste processo.
- A aprovação da Lei Cultura Viva foi um avanço muito grande juntamente com a Instrução Normativa 01, mas seu modelo ainda está em disputa. Ainda não foi estabelecido qual será o formato para prestação de contas.
- O MROSC (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil) também contém elementos que podem beneficiar os movimentos, então nós temos que ter uma atenção grande neste processo de modo que a gente seja ativo nas tomadas de decisão.
- O que temos são narrativas em rede, ou uma só narrativa das redes? Estamos falando de narrativas diferentes? Se sim, em que são diferentes?
- O Cultura Viva é hoje um instrumento da cultura consolidado no Brasil, é uma política pública integrada no Sistema Nacional de Cultura (ou Plano Nacional de Cultura?) e a Cultura de Rede é uma ferramenta a mais para integrar, complementar, aprimorar a rede das culturas comunitárias territoriais, em matéria de mobilização, comunicação, articulação, integração também no espaço digital de forma que nos possibilite a comunicação rápida, potente, dinâmica. Uma construção fora da base territorial, mas que ao mesmo tempo dialogue com ela.
- A Lei Cultura Viva é algo *a se consolidar*. Não podemos nos iludir, nos enganar. Vivemos sob um Estado que é burguês e capitalista onde a única coisa consolidada é o lucro.
- A lei Cultura Viva é um grande avanço, mas é apenas uma andorinha... Precisamos fazer uma frente política muito forte para fazer valer nossa



interpretação, pois direito é interpretação, direito é disputa e a interpretação prevalecente é aquela que dispõe de maior base política de apoio organizado. Não basta dar a cara para bater, é preciso se organizar em rede.

- Nossos órgãos de controle têm dificuldade em compreender as formas e os tempos da cultura e de como essas relações vão ser refletidas na nova lei.
- Por melhor que seja o Estado, por melhor que sejam as iniciativas que está tomando, devemos sempre manter nossa autonomia a com relação a ele. Nosso compromisso não é com as instâncias de poder, mas com o povo e com a cultura.
- Os pontos de cultura são um bom modelo de política cultural comunitária, mas não é o único possível e gostaríamos de debater novas formas possíveis de organização da cultura comunitária de acordo com a realidade de cada país.
- O programa ajudou a criar uma grande rede de compartilhamento de conhecimentos e saberes que pode, de alguma forma, ajudar, inclusive, a mudar a própria cultura do Estado, que é o grande desafio que nós temos pela frente, pois estruturalmente o Estado é mais inflexível e precisa de muito mais tempo para absorver as novas formas e mudar suas estruturas. Essa mudança mais profunda da qual nós estamos falando aqui não virá do próprio Estado espontaneamente, mas da pressão feita pelos movimentos sociais organizados.
- O Gil falava muito do Do-In da cultura e, agora é a hora do Do-In do Estado. Precisamos reverter esse processo e demonstrar para o Estado como todas essas políticas são fundamentais e precisam ser reconhecidas como tais.
- As últimas mobilizações globais não hierárquicas de rede (Primavera Árabe, Occupy, Praça Tahrir etc), criaram a ilusão de que as organizações em moldes antigos estavam mortas e são já dispensáveis (Marina Silva e sua declaração sobre o novo “ativismo autoral”, onde há a prevalência do indivíduo sobre o coletivo), mas estes movimentos precisam ser reavaliados, pois até agora foram capazes de destituir e derrubar o estabelecido. Até agora não há notícia de organizações, nesses moldes contemporâneos, que tenham construído e



instituído novas políticas públicas que rompessem a lógica do desequilíbrio de poder etc.

- Estamos construindo projetos em rede, mas são processos que tem origens e especificidades, e suas singularidades e essas especificidades são fundamentais para a identidade de movimentos e entidades.
- Estamos travando uma batalha pela ocupação do espaço público pelo cidadão, o que gera sérios impactos na cultura da cidade e na sua mobilidade urbana.
- Outro desafio apontado diz respeito a não se perder de vista o conceito do programa, ao burocratiza-lo, em meio às relações institucionais. Ele deve se constituir como um *modelo* de diálogo entre Estado e Sociedade Civil, não devendo se perder a sua vocação transformadora. Também, fazer com que o Estado não encare a sociedade apenas como consultora, e sim como participante ativa. Alguns integrantes mencionaram que é preciso que a ação da sociedade seja ativa, no planejamento dos programas junto ao governo, para que não se transforme em uma política “de cima para baixo”.
- O caráter recente do Cultura Viva faz constituir-se ainda em avanços e recuos. É preciso trabalhar para construção de mecanismos legais, e metodologias procedimentais, que auxiliem no seu entendimento e implementação, para que os avanços sejam maiores que os recuos.
- É preciso fortalecer a relação entre os países e no seu próprio governo. Em muitos casos não há sequer a compreensão do que seja cultura comunitária. Como os países farão parte se não esta compreensão? E com a mudança dos funcionários, os avanços se perdem, justamente pela falta dessa compreensão.
- Necessidade de se discutir a questão da Comissão Avaliadora de Reconhecimento dos Pontos Autodeclarados: A plataforma de cadastramento foi aberta sem repasse das informações à Comissão. Os fóruns estão acontecendo e pelo atual regimento os pontos de cultura autodeclarados não tem direito a se elegerem delegados no Fórum Nacional.



- Necessidade dos gestores estaduais e municipais compreenderem o que é uma rede de pontos de cultura para a Sociedade Civil. Compreendê-las como redes que têm a sua autonomia, mas que compõem uma Rede Nacional dos Pontos de Cultura.
- Compreensão do conceito de Ponto comunitário. Comunidade não se restringe à sua compreensão como base territorial. A “comum unidade” também define o caráter comunitário de um Ponto, o qual pode ser nacional e até mesmo virtual.
- As decisões sobre a autodeclaração foram comunicadas à CNDPC, no entanto, segundo a lei, quem articula os pontos é a Comissão Nacional. Aos gestores cabe executar e dar condições para a execução. O cenário é de uma lei com um arcabouço novo, mas com uma gestão com uma prática velha. A Gestão não pode se fechar, tomar a decisão e apenas comunicar. É necessário resolver essa questão da falta de comunicação oficial entre a Gestão e a Comissão. O diálogo não pode ocorrer por meio de janelas que se abrem através de GTs e pessoas.
- Critérios para o reconhecimento dos Pontos: não há outra maneira de realizar esse processo que não seja através do diálogo entre os atores aqui presentes – as regionais do Ministério, os Gestores locais, a Comissão dos Pontos e as representações das redes. Será um processo longo, mas que já está começando agora com a abertura do cadastro. O processo de avaliação ainda não foi iniciado porque não deu tempo para os ajustes necessários na Plataforma e para se constituir esse processo.

Proposições e olhares para o futuro:

- O Estado precisa financiar processos de vida e não apenas produtos. Caso contrário, continuaremos a perpetuar a lógica da indústria cultural e da cultura de massas que focaliza o fim, o produto e o consumo, ao invés das diversas formas de fazer.



- Tendo em vista o cenário macropolítico e a necessidade do campo cultural trabalhar na resistência e na garantia de direitos já alcançados, propõem-se três questões fundamentais: definirmos uma agenda de urgências (“emergências”) para 2016; avançar na direção de discussões e deliberações sobre marcos legais para a cultura; estabelecer a linha metodológica de construção de pauta geral e comum aos pontos de cultura e outras redes de ações do MinC.
- Precisamos dar viabilidade econômica para conservar o que fazemos através de novas formas de economia solidária e também temos que pensar a nossa formação, formação política e jurídica para podermos gerar propostas e influenciar a legislação.
- As formas de resistência das práticas culturais vão além da necessidade de recursos financeiros ou permeados por uma lógica do capital. É importante que se pensem outras estruturas de apoio (Editais e prêmios) que forneçam não apenas recursos financeiros, mas recursos de outras ordens que ajudem no fortalecimento das ações nos territórios.
- Qual seria o papel do conselho latino-americano neste debate sobre a estrutura do programa em nível continental? Nos últimos encontros já discutimos e definimos algumas bases de consenso, mas como vamos articular essas bases internacionalmente através da sociedade civil.
- É preciso fortalecer o Ibercultura Viva e buscar formas de colaboração intergovernamental e seguir construindo coletivamente essa pauta.
- O tratamento conceitual atribuído ao programa foi mencionado, frisando que é concebido em sua forma de participação social, processual, de maneira orgânica. Seu caráter de sociedade como protagonista, de fortalecimento da democracia e de um canal de diálogo entre estado e sociedade civil foi ressaltado. Na América Latina o programa se constitui como um espaço político, uma união integrada de forças social, cultural e artística.
- No Brasil, o Cultura Viva tornou-se um programa em avanço, em decorrência do acúmulo de experiências e da integração com a sociedade civil. Bolívia e El



Salvador avançam nas discussões sobre o programa no Congresso. No México, o programa veio a calhar com as atuais políticas populares.

- As formas de transição de governos, típica nos países da América Latina, é capaz de arruinar tudo o avanço conquistado até então. A organização em rede entre os países, com a presença do Brasil e seu acúmulo de experiências e legislação a respeito do programa é um fortalecimento, para que outros governos reconheçam os avanços e deem continuidade ao programa. Também, para vencer a descontinuidade dos governos, mencionou-se a importância do contínuo registro histórico e da memória.
- É preciso um esforço para entender conceitualmente o programa, para depois empreender esforços sobre sua operacionalização. A operacionalização ainda é um ponto com muitas dúvidas.
- O IberCultura Viva deve buscar efetivar relações com grupos nacionais. Articular-se como outras redes para se fortalecer. Uma articulação intersetorial, inclusive.
- É preciso dar visibilidade à rede Iber. Os governos devem divulgar a existência e a participação no programa, e os representantes de governos devem de mandar informações atualizadas para o Comitê Gestor.
- Urge uma desmistificação da dicotomia “Estado X Sociedade Civil”, pois a sociedade é o fim último. É preciso trabalhar para sua aproximação, entendendo que o estado deve ser um sistema de garantias. Os governos devem incorporar e instruir sobre essa visão. E a sociedade não deve ter medo dos procedimentos.
- IBERCULTURA VIVA: Deve-se estabelecer marcos filosóficos e processuais (que abarquem a particularidade de cada país) na América Latina; tendo em vista uma unidade mínima do programa para avançar numa construção coletiva.
- Urge a criação de ações para o fortalecimento da Teia, por exemplo, um GT Teia separado do GT Fórum. Este deve se responsabilizar pelo conteúdo e o GT Teia por toda infraestrutura necessária para a realização do evento.



- Preocupação com a dissonância em relação as informações, a qual pode impactar na Teia.
- Necessidade de realização de uma campanha de esclarecimento sobre o que é esse processo de autodeclaração e reconhecimento. Já está sendo elaborado pelo Setor de Comunicação da SCDC.



#Encontro Global de Midialivre

Síntese temática: A discussão de mídia como prática cultural e simbólica foi fortalecida ao longo dos diálogos e colocações propostas no Encontro. O eixo fundamental foi de reflexões e provocações referentes à centralidade da comunicação na sociedade contemporânea e seu papel na construção de uma nova realidade social, econômica, política e cultural no Brasil.

Sujeitos participantes:

Ambiente de debate: A tônica do encontro foi a diversidade de estruturas, proposições e relatos. Existiram nas mesas, falas de importantes nomes internacionais sobre o tema, colocações não muito estruturadas por parte da sociedade civil e diálogo permanente com quem interfere e/ou milita no campo. O elevado número de convidados e a proposta provocativa do encontro gerou amplo debate e contemplou a pluralidade de olhares sobre a mídia. O diálogo foi fundamental para identificar alguns pontos consensuais capazes de orientar as futuras discussões a respeito do midialivrismo no Brasil, na América Latina e no mundo de forma geral.

Questões fundamentais e reflexões:

- As intervenções convergiram no sentido de apontar a elevada concentração da propriedade dos meios de comunicação nas mãos de umas poucas famílias tradicionais e abastadas como uma realidade perversa. Um reduzido grupo de interesses ser responsável por aproximadamente 70% da informação que circula pelo país através dos meios mais populares como rádio e televisão produz imensas distorções. Retira de grande parte da população, incluindo minorias e grupos sociais hoje marginalizados, o direito à comunicação.



- A atual legislação permite a propriedade cruzada, fazendo da imprensa um verdadeiro poder instituído, sem consulta popular, capaz de pautar a agenda política nacional a partir de interesses comerciais privados.
- Após anos de dissimulação pluralista e tentativas reiteradas de afirmar um suposto apartidarismo, a grande mídia nacional vem deixando de lado os escrúpulos democráticos e revelando seu compromisso com a plutocracia, a manutenção das desigualdades sociais e com a conservação da ordem polarizada entre privilegiados e marginalizados.
- Desde os levantes de Junho de 2013 a “guerra das comunicações” está escancarada. As ocupações realizadas pelos estudantes secundaristas das escolas de São Paulo foram citadas e usadas como exemplo em várias das falas proferidas. O comportamento dos veículos da imprensa paulista, sobretudo Folha de São Paulo e Estadão, não deixa margem para dúvidas ou relativizações.
- Além das ocupações em São Paulo, também foram citadas como exemplo de uso estratégico das comunicações as ações promovidas pelas ativistas feministas na chamada “Primavera das Mulheres” com as hashtags #meuprimeroassedio, #agoraequesoelas e #meuamigosecreto, que tiveram largo alcance e causaram impacto no aumento das denúncias de violência contra a mulher num curto intervalo de tempo.
- Estes exemplos foram saudados como laboratórios bem sucedidos de experiências onde aqueles que não têm voz no espaço público tomaram para si a responsabilidade de narrar suas próprias histórias e o poder de representar suas lutas sem intermediários e mediadores especializados ou supostos expertos que, frequentemente, sequestram a fala de grupos considerados minoritários esvaziando o potencial reivindicativo e afirmativo destes movimentos de empoderamento de grupos historicamente oprimidos e invisibilizados.



- Mídia e representatividade é uma questão que se aproxima da luta do “Think Olga”, pois lutamos por uma representatividade mais humana das mulheres que fuge de todos os estereótipos que nós estamos acostumados a ver na mídia dominante.
- O “Think Olga” organizou recentemente uma lista de mulheres inspiradoras para reiterar que não falta mulher trabalhando em área nenhuma, nós só precisamos dar mais espaço para elas.
- Os Meios de comunicação hegemônicos tem a capacidade de modelar opiniões e desejos, de conduzir e apresentar certos fatos como reais quando na realidade não são.
- As redes sociais são um suporte que permitem contra-discursos. “Ni una a Menos” foi uma mobilização que começou com o hashtag que foi lançado após o assassinato de uma série de mulheres jovens na Argentina. Como transformar a mobilização que ocorre nas redes sócias em contatos concretos?
- Como nós podemos usar as mídias sociais para perenizar, instrumentalizar e aprofundar ainda mais os movimentos sociais? O movimento “Meu Rio” busca engajar as pessoas em causas que tangem a cidade. Como nos podemos aprofundar nas ruas, fora da internet, a mobilização? Dificuldade de mobilização na rua de criar uma identidade coletiva que possibilite a articulação.
- Como, a partir dos movimentos sociais, pode-se ocupar os meios de comunicação com as diferentes lutas, somar essas lutas com a união e, assim, gerar transformações culturais e construção de novos sentidos?
- É possível ganhar território com as palavras.
- Precisamos checar sempre os nossos privilégios antes de falar e relativizar as questões. Somos todos multidimensionais. As pessoas se dedicam a várias causas.



- O Brasil é um dos maiores países que utilizam redes sociais (Orkut, Facebook, Tinder, Spotify), sendo popularizadas cada vez mais pela entrada dos smartphones no mercado. Podemos observar uma tendência dos movimentos sociais se apropriarem de campanhas nas redes sociais, levando a discussão de temas polêmicos e pouco discutidos na sociedade. As redes sociais são a opção de mídia mais barata e tem alcance maior ao público. Nesse contexto é necessário pensar em estratégias de divulgação para cada rede social.
- Houve mudanças de postura do MinC sobre as mídias sociais ao transmitir informação a partir das redes. Esse processo tem o objetivo de aproximar o cidadão, dar acesso ao conhecimento e explorar novas linguagens.
- Necessidade de se relativizar a preocupação com a qualidade estética sobre a postagem ou meme, pensando no público e na natureza da publicação. Importante criar uma unidade de conteúdo e um posicionamento simbólico (semiótico) nos memes, para se fortalecer uma narrativa própria.
- Explicitou-se um pouco da experiência da rede Facción na Guatemala, num conturbado contexto político. O país passava por uma transição de governo, com pouca liberdade de expressão. E a população não estava satisfeita com a grande imprensa. Assim, a comunicação feita através da imprensa comunitária, com cobertura colaborativa, foi marcante. Com isso o país avançou na construção de uma história alternativa, que antes não era contada ou incluída em versões oficiais. Destacou-se o entendimento da internet como um território em disputa e da necessidade de se fazer o uso dela como uma ferramenta de mobilização social, principalmente em cenários de pós guerra, como foi o caso da Guatemala.
- Foi falado sobre a experiência de criação do portal Desinformémonos. O projeto se iniciou de uma visão crítica à forma de se fazer jornalismo, refletindo sobre quem são os construtores das notícias, partindo do pressuposto que ninguém é inocente. A partir de um processo reflexivo-crítico sobre quem constrói a



informação, é possível saber suas intencionalidades. Assim, a proposta foi utilizar o modo de fazer comunicação como ativismo, de esquerda.

- A experiência do Facción no Equador também foi compartilhada. Naquele país, o portal é utilizado por grupos culturais indígenas, que integraram-se por entender o potencial de dar uso ao material de registro sobre suas culturas e lutas (fotos e vídeos), divulgando-os, dando visibilidade e transformando-os em políticos. Após a primeira experiência com o Facción, outros grupos e coletivos empoderaram-se, politizando-se, articulando-se e valorizando-se. Houve assim um fortalecimento no sentido da construção da comunicação popular.
- Foi apresentado o Coletivo EndeMedio. Este coletivo, com o propósito semelhante às experiências anteriores, dá mais ênfase à imagem (fotografia), como potencial transformadora de realidades. Para este coletivo a fotografia é capaz de expressar a luta de classes e a comunicação, utilizando imagens, também deve ser utilizada como ferramenta política.
- A experiência de Porto Rico foi vinculada também ao Facción. Foi mencionado que no Caribe, o coletivo foi responsável por cobrir a Marcha para a Diversidade. O impacto dessa ação refletiu no estímulo do pertencimento do país à América Latina, em uma apropriação de memória que havia sido apagada.
- Extraíu-se com clareza que a produção da comunicação com essa intenção deve ser feita com uma construção coletiva, colaborativa. Só assim, é possível atender aos interesses comunitários. Esse novo entendimento de utilização das mídias tem surtido efeitos de envolvimento e empoderamento dos coletivos que se associam e trabalham coletivamente. Destaca-se que a forma de trabalho em rede permite uma estruturação flexível em cada país ou cidade, respeitando a organização cultural própria dos grupos envolvidos nas localidades. Por fim, ressalta-se que as experiências compartilhadas demonstraram que, neste processo de utilização das mídias de forma



colaborativa e como ferramenta, há um fortalecimento e reconhecimento de identidades culturais antes marginalizadas.

Proposições e olhares para o futuro:

- 55% da população brasileira não tem acesso à internet. Por mais auspiciosos que sejam os processos e resultados decorrentes do uso das redes virtuais para combater a lógica do discurso único imposto pelos meios de comunicação a serviço da ideologia dominante, não é possível abrir mão da disputa pela ocupação de espaços no rádio e na televisão.
- É importante atentar para o papel fundamental que deve caber à comunicação institucional e às tevês públicas. Os governos considerados mais progressistas não podem abrir mão de manter canais de diálogo direto com os cidadãos para não sucumbir em meio às campanhas oposicionistas movidas em bloco pela mídia tradicional.
- Em tempos de novas plataformas, estéticas e linguagens, a tevê pública tem a responsabilidade de se apresentar como alternativa real de poder comunicativo para disputar o público com a tevê comercial, buscando trabalhar com lógica distinta. Se a tevê comercial vê o público como consumidor, é dever das tevês públicas comunicar-se com os expectadores enquanto cidadãos. Enquanto as tevês públicas insistirem em mimetizar a linguagem e a programação das tevês privadas, não conseguirão colocar-se como geradoras de opinião e contraponto viável às pautas impostas pela grande imprensa. A tevê pública precisa ser mais do que uma cópia ruim da tevê comercial para poder produzir efeitos distintos da alienação, pessimismo e consumismo.
- Assim, fica claro que é uma demanda emergencial que os canais de mídia alternativa e as tevês e rádios públicas se desinfectem dos vícios e lugares comuns do jornalismo hegemônico. As novas mídias não são instrumento de



controle social, mas o seu oposto, são ferramentas de organização da luta política.

- A nós, em nosso tempo, cumpre a urgência do fazer, cumpre ocupar os espaços, descentralizar ações e, principalmente, pôr a criatividade a serviço das comunidades, da democratização da comunicação e da integração social, cultural, econômica e política.
- A internet é uma ferramenta muito agregadora, pois através dela podemos unificar as pessoas em prol de uma causa. Nesse sentido, como transformar essa unificação proporcionada pelas hashtags efetivamente em uma rede social? Em uma rede para além do espaço virtual, que se organize também nas ruas ?
- Algumas estratégias de uso das redes sociais por parte de coletivos, grupos e artistas, da algumas dicas para potencializar a comunicação com o público: integrar páginas as entre grupos de interesses, pessoas influentes, outros pesquisadores e criar parcerias; distribuir conteúdo para parceiros e canais já existentes; munir pessoas de conteúdos e materiais exclusivos; pensar a estética e a linguagem dos conteúdos; avaliar a frequência e a quantidade de publicações/postagens a partir do horário e do público a ser sensibilizado; desenvolver linguagens adequadas para cada rede social; acompanhar os conteúdos da internet e aproveitar as ondas de informação existentes; criar sua própria narrativa/linguagem para cativar o público;



#Encontro Feminismos

Síntese temática:

O debate sobre feminismo é crescente no mundo e na América Latina. No Brasil, por exemplo, por meio do movimento “Primavera das Mulheres”, a luta pelos ideais feministas, contra o feminicídio, e a favor da garantia dos direitos das mulheres vem ganhando força e é cada vez mais entendida como inerente às questões culturais.

O Encontro Feminismos promoveu a reunião de agentes sociais com militância na temática e gerando amplo debate, possibilitando a troca de experiências e o avanço nas reflexões sobre a luta das mulheres. Para proporcionar tal resultado, alguns espaços foram essenciais, como as rodas de conversa “O Boom do Feminismo – Estamos indo Juntas pra onde?”, “Hashtag Feminismo”; “Feminismo Negro”, e mesa “Lugar de Mulher é em todos os Lugares, onde ela quiser”.

Sujeitos participantes:

Estiveram presentes agentes culturais e atores sociais de toda América Latina bastante influentes no cenário atual do feminismo. Em geral, o público era composto por jovens mulheres, mas também homens e transgêneros participaram do Encontro Feminismos. A maioria integra/representa coletivos ativistas que militam focadamente nesta temática, ou ainda outros coletivos de lutas sociais em geral, que abarcam também a temática do feminismo. Algumas das organizações presentes foram: Rede de Jovens Vivendo com HIV, o movimento ProDerechos, Observatório de Favelas, o SOS racismo, o Movimento Amplio de Mujeres do Porto Rico, o Movimento Facción do Peru; o Mujeres. Representantes de movimentos ativistas digitais, como #NiUnaMenos, Think Olga, #ChegadeFiuFiu, #AgoraEQueSaoElas, #PrimeiroAssedio, também estavam presentes. Além destas, mulheres que representam e/ou ocupam cargos influentes em organizações como Agência de Redes para Juventude, a União Nacional dos Estudantes, União Brasileira de Estudantes Secundaristas, Revista Garganta Poderosa, site Mundo



Invisível, Revista Carta Capital.

Ambiente de debate:

O ambiente de debate acarretou profundas reflexões teóricas, partindo de representantes de instituições de luta pela causa. Embora a maioria das falas partisse de ativistas, e tivesse este ponto de referência, ressalta-se que as rodas de conversa não se furtaram de embasamentos teóricos e filosóficos criteriosos.

Questões fundamentais e reflexões:

- Necessidade da luta contra o machismo como uma luta pela liberdade do próprio corpo feminino que é escravizado todos os dias.
- A legalização do aborto como forma de libertação do corpo a mulher.
- O feminicídio
- A necessidade da conscientização e luta pelo feminismo negro, uma vez que a violência contra as mulheres negras é muito frequente.
- O tratamento desumano dado às mulheres negras nas maternidades
- O feminismo deve abarcar todas as mulheres, independente de hábitos culturais, credo, cor.
- A revisão da narrativa histórica, que oculta o papel da mulher
- O Projeto de Lei, que fere o direito da mulher
- A necessidade da regulamentação da prostituição para a garantia de direitos trabalhistas às profissionais do sexo.
- A Primavera das Mulheres
- A baixa auto estima sofrido pelas mulheres negras devido a falta de referências de beleza que compartilhem das mesmas características
- As travestis e transsexuais que estas também sofrem fortes opressões de gênero



- A maneira que os meios de comunicação expõem as mulheres, em especial no caso de mulheres negras.
- Os impactos das campanhas feministas pela internet

Proposições e olhares para o futuro

- Repensar o papel da mulher na família, no contexto contemporâneo
- Lutar pela equiparação salarial
- Lutar pelas falsas dicotomias que atribuem papéis específicos à homens e à mulheres
- Estimular a utilização dos espaços públicos para lutar a favor da igualdade de gêneros através de manifestações sociais e culturais
- Trabalhar para construção social através da educação, defendendo a ideia de que o feminismo precisa ser introduzido na educação das crianças
- Criar espaços de liderança feminina na política
- Unir a categoria, apesar das especificidades
- Ocupar de espaços acadêmicos e de liderança pelas mulheres negras como forma de resistência e luta política.
- Atuar em prol da mudança dos padrões de beleza estabelecidos socialmente
- Estimular o uso da internet como mobilizadora dos movimentos sociais.



#Encontro Economias Emergentes

Síntese temática:

O Encontro Economias Emergentes teve como propósito levar a debate e reflexões as alternativas de sobrevivência de grupos comunitários e produções culturais, perante a crise do capitalismo e a marginalidade econômica aos quais encontram-se importantes atividades culturais. A tônica do debate trazia o compartilhamento de diferentes experiências de fomento à cultura-mundo, sempre com o aspecto da sustentabilidade. Momentos importantes para proliferação das reflexões acerca do tema foram: a roda de Fomento, a mesa Fissuras no Capital: Experiências de Economia Solidária, a Roda Plataformas de Financiamento Coletivo; a Roda: PIB x FIB: políticas do bem viver; a roda Plataformas de Financiamento Coletivo.

Sujeitos participantes:

Artistas e empreendedores sociais e até mesmo gestores de bancos comunitários. A maior parte do público pertencia a alguma iniciativa cultural e buscava se informar sobre formas de sustentabilidade. Outros já vinham desenvolvendo alguma prática econômica alternativa, como moedas sociais e outras ferramentas da economia solidária e desejavam partilhar suas experiências.

Algumas das instituições que estiveram presentes através de representantes foram: Banco Palmas (Fortaleza-CE), Comissão Nacional de Pontos de Cultura, Arts Impact Fund, Hivos Latinoamerica, Ciudad Futura, Plataforma Variável 5, Bookstart, Catarse, Flatr.com, Universidade Internacional de Invenções Democráticas Darcy Ribeiro e Escola Democrática.



Ambiente de debate:

Alguns convidados expositores e mediadores eram agentes com muita experiência prática no tema. Outros colaboraram com conhecimento acadêmico. A expectativa do público, composto por agentes sociais e culturais, era conhecer novas ideias e formas de viabilizar a sustentabilidade de empreendimentos culturais e/ou sociais, especialmente no sentido de não depender de fomento público ou privado.

Questões fundamentais e reflexões:

- Há uma fissura no capitalismo, o neoliberalismo, que acarretam contradições, tornando-o incapaz de se sustentar;
- Os governos precisam reconhecer a cultura como direito fundamental fomentando-a para que seja transformadora;
- Economia solidária se caracteriza pela igualdade, pois os meios de produção são de posse coletiva e os empreendimentos são geridos pelos próprios trabalhadores;
- Há boas experiências alternativas de economia em curso, como os Bancos Comunitários;
- A Economia não é só monetária: envolve também recursos sociais, culturais, ambientais;
- O financiamento coletivo como forte tendência para a cultura;
- A economia de mercado pressupõe a acumulação, enquanto a solidária propõe o fluxo dos recursos disponíveis no mundo.

Proposições e olhares para o futuro

- É preciso pensar políticas que atentem para temas mais universais, transversais, e de sustentabilidade;



- Ampliação do entendimento do termo “economia”;
- Reconhecer outras formas econômicas e de desenvolvimento; incluindo-as em novos paradigmas educacionais;
- O financiamento coletivo urge por capacitação de agentes culturais, desburocratização do financiamento de projetos;
- Entender e oportunizar o financiamento coletivo como ferramenta para ações comunitárias e periféricas.



#Encontro Juventudes

Síntese temática: Diversas questões permearam a discussão sobre juventudes durante o Encontro. Inclusive é possível salientar a forte presença do tema transversalmente em outros debates e proposições ao longo do evento. De forma incisiva foi pontada a necessidade de se refletir sobre a forma de tratamento da juventude pelas políticas urbanas, sendo fundamental a proposição de novos modelos e o enfrentamento da lógica de calar vozes dissonantes nos territórios.

Sujeitos participantes:

Ambiente de debate: Discussões sobre a importância da vocalização e reverberação de experiências estéticas, o olhar para o tratamento social da juventude por parte do Estado, a necessidade de reafirmar acionamentos identitários transversais (mulher, negritude, questões de gênero e orientação sexual) foram alguns das problemáticas presentes durante as rodas que transcorreram no encontro. O cenário geral foi de horizontalidade com o esforço para dar espaço para a troca de experiências e o fortalecimento de uma agenda comum.

Questões fundamentais e reflexões:

- Existe o desafio de se entender o que é o Funk no Brasil, seu papel cultural e importância para a construção da cidade. Destacou-se o papel do funk como potencializado das narrativas dos jovens de periferia. A sexualização e a



ostentação nas letras do funk são o retrato mais real do processo de liberdade sexualidade e da crise de aburguesamento dessa juventude periférica.

- Foi falado sobre a experiência de construção do *Sarau de Esquina* na Cidade de Deus no Rio de Janeiro e da relação com os moradores. Foi proposta a união da juventude negra e nordestina, pois fazem parte de grupos levados historicamente para as periferias na cidade do Rio de Janeiro.
- A cultura periférica é libertária e revolucionária. A periferia incorpora inúmeros vícios sociais como o machismo, o racismo e o fundamentalismo religioso. O Estado precisa reconhecer o potencial do jovem periférico e não deve haver nenhum tipo de cerceamento. O papel do estado é empoderar a cultura existente na periferia.
- A necessidade do feminismo negro, pois o feminismo tradicional não conseguia dialogar com todas as mulheres. O feminismo precisa se agregar às lutas raciais e de classe. Além de se articular com a militância virtual. O feminismo é um meio de empoderar as mulheres negras.
- Existem diversos processos de embranquecimento, como o alisamento do cabelo crespo e o clareamento da pele, que negam à estética e a origem negra. Deixar o cabelo crespo crescer é um afrontamento estético e político.
- O racismo estrutura a estética negra e o reflexo disso para juventude é a crise de representatividade nos meios de comunicação e na produção artística.
- A escola é um espaço racista onde se reproduz padrão eurocêntrico e onde o Estado precisa desenvolver atividades de reconhecimento de sua população negra.
- É necessária a organização da juventude negra para lutar contra o seu extermínio negro. O povo negro precisa viver!
- É necessário se discutir a questão racial no Brasil, apontando para a perversidade do nosso racismo encoberto e pontuando que é uma falácia afirmar que aqui há menos preconceito que nos EUA. Lá, os negros possuem mais poder econômico e mais visibilidade na mídia que no Brasil e, decorrente



de sua história, se mobilizam mais em defesa dos seus direitos, o que faz com o que quando um menino negro morador de periferia morre pelas mãos de um policial, todo um movimento social de cobrança surja em contraposição. O que não corre aqui nem em situações extremas como o caso ocorrido recentemente na favela da Lagartixa, no Rio de Janeiro.

- Em nosso cenário político, a forma mais eficiente de baixar os níveis de criminalidade é diminuir as desigualdades sociais. Este argumento é fortalecido através dos dados de criminalidade que mostram que os anos em que tivemos a menor taxa de crimes ocorridos no Rio, também foram os anos de menor desigualdade social.
- Importância do movimento rap e das cotas raciais nas universidades para diminuição das desigualdades.
- Na cidade a luta é, sobretudo, territorial, pois o que está sendo retirado é direito frequentar a cidade e a resposta tem que ser a ocupação dos espaços públicos.

Proposições e olhares para o futuro:

- Fundamental refletir sobre o contraste da glamourização das atividades culturais no centro e zona sul do Rio de Janeiro, com as deslegitimadas as atividades culturais periféricas.
- Como sugestão foi proposta a integração dos movimentos negros com as academias policiais, visando a proposição de discussões e atividades com os recrutas da academia da policia militar.



#Encontro Hacker

Síntese temática: Falar da ideologia hacker é perceber outra tipologia de luta contra hegemônica permeada pela tentativa de defesa da pluralidade. O Encontro com esta temática teve este espírito de observar o que já vinha sendo feito no campo, por meio da interface entre este olhar e as políticas públicas do Ministério da Cultura e quais seriam as perspectivas futuras.

Sujeitos participantes: Diversos olhares permearam a discussão, em sua maioria, existiu a presença de ativistas do campo e de pesquisadores. Alguns solicitaram inclusive o pedido de não identificação pela relatoria com o intuito de preservar o anonimato e o sigilo de suas ações.

Ambiente de debate: O Encontro Hacker primou por outros tipos de experiência da estética hacker por meio do percurso realizado pelo ônibus e pela interação com outras organizações. O ambiente de debate no evento contou com a presença de atuantes no campo e pesquisadores.

Questões fundamentais e reflexões:

- Foi lançada uma como provocação a mesa uma reflexão sobre os dez últimos anos para a Cultura Digital para que pensemos nos seus avanços e nos gargalos enfrentados
- Ampliando o recorte proposto é possível fazer uma digressão sobre a importância da década de 60 para o desenvolvimento atual da cultura digital, sinalizando o papel fundamental que a rebeldia e as transformações ocorridas tiveram ao lançar as bases para o cenário atual.
- Podemos ressaltar a proeminência e a multiplicidade de atores que já estiveram ativos na “blogsfera” e como o número de “blogueiros” caiu vertiginosamente nos últimos anos devido à migração para plataformas fechadas, principalmente o facebook, pontuando a perda de independência e a redução dos espaços livres na web.



- Há pouco tempo atrás não havia muitos exemplos nos quais se espelhar ou restrições para as ações no mundo virtual, o que tornava a internet um campo mais livre e mais criativo.
- O fato de não haver legislações específicas no passado se contrapõe ao cenário atual. Hoje elas vem aumentando exponencialmente, sempre em defesa dos ganhos das grandes corporações. Um cenário realmente preocupante para liberdade de rede.
- É preciso ponderar o grande número de hackers que são recrutados por empresas, e como a maioria das novas empreitadas virtuais já são criadas com o intuito de gerarem lucro, em detrimento dos antigos ideais de intercâmbio de informações visando o aprimoramento da cultura como um todo.
- Vive-se um ambiente de expansão das novas tecnologias na sociedade, no qual o aparecimento das Startups, pequenas empresas de base tecnológica com grande potencial de escalabilidade de seus produtos, possuem centralidade na construção de novos modelos econômico sociais .
- O ambiente de experimentação em torno do Linux foi importante para o fortalecimento da ideologia Hacker. No entanto, em algum momento, o mundo percebeu que poderia fazer fortuna com isso. De repente todos aqueles entusiastas estavam trabalhando no Google, Facebook e Amazon. “É a circulação de ideias começou a diminuir”. Iniciando o que se caracterizou como um grande retrocesso na difusão das informações e na cena hacker mundial.
- Falta de conversa entre governo e sociedade, foi relatado um hackeamento do site do Ministério das Ciências e Tecnologia entregando a falha que existia no sistema sem causar nenhum dano e que não houve nenhuma resposta por parte da administração pública, nem mesmo consertando o problema encontrado.
- Foi relatado aos presentes que o site do Emergências foi hackeado uma semana antes do evento, e que o autor também não causou nenhum dano, apenas deixou uma mensagem contendo seu twitter, meio através do qual ele pode conversar com o autor sobre o ocorrido e consertar a falha. Enfatizando assim,



mais uma vez, que o governo não é um ente único e que as respostas acabam por ser diversas.

Proposições e olhares para o futuro:

- É importante a criação de políticas públicas para o desenvolvimento de novas ações de fomento à cultura digital que possuam como base outras motivações que não o lucro. Um exemplo seria a ampliação das políticas públicas para fomentar o software livre, enfatizando que todos nós somos programadores em potencial, sob pena de ficarmos cada vez mais dependentes das grandes corporações de informática.
- A necessidade latente da criação de novos espaços de participação popular por parte do governo, aproveitando o potencial das novas tecnologias para aproximar os cidadãos e fomentar o diálogo.

